

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a  
agricultura**

**Área Temática: Reforma Agrária**  
**Período de Análise: 01/06/2012 a 30/06/2012**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT

## Índice

Três anos depois, plano para legalizar terras na Amazônia engatinha. Tarso Veloso – Valor Econômico. 01/06/2012 .....	3
CONTAG reconhece avanços na resposta à pauta do GTB, mas reforma agrária novamente não entra na agenda do governo – Site da CONTAG. 04/06/2012.....	4
Paraty: Justiça decide sobre ocupação de terra. – O Globo. 05/06/2012.....	5
Justiça autoriza permanência de caiçaras em Paraty – O Globo. 13/06/2012 .....	7
"Reforma Agrária é o caminho para preservar a Amazônia". Darío Pignotti – Agência Carta Maior. 14/06/2012.....	8
Incra apresenta resultados da reforma agrária sustentável na Rio+20 - Site do INCRA. 14/06/2012.....	9
Comissão libera terra para estrangeiros. Tarso Veloso – Valor Econômico. 14/06/2012 .....	10
Justiça suspende demarcação que amplia área indígena entre MT e PA – Folha de São Paulo, Poder. 16/06/2012.....	11
Confronto com sem-terra deixa 16 mortos no Paraguai – Folha de São Paulo, Mundo. 16/06/2012.....	12
Terra para estrangeiros. Roberto Rodrigues - Folha de São Paulo, Mercado. 16/06/2012 .....	12
Briga por terra faz 17 mortos no Paraguai. O Globo, Capa. 16/06/2012 .....	14
Após 17 mortes, Paraguai envia Exército para conter conflito por terra. Thiago Herdy – O Globo. 16/06/2012 .....	14
Disputas por terras no Brasil vitimizam indígenas. Simon Romero e Lis Horta Moriconi – Folha de São Paulo, The New York Times. 18/06/2012.....	15
MST realiza nova invasão a fazenda do grupo Opportunity – Folha de São Paulo, Poder. 23/06/2012.....	17
Terra de brasiguaios é invadida – O Globo. 26/06/2012 .....	17
Conflitos agrários investigados no Tocantins – Site do INCRA. 28/06/2012.....	18
"A Reforma Agrária está completamente parada", afirma dirigente do MST. José Coutinho Júnior. Site do MST. 29/06/2012 .....	19

**Três anos depois, plano para legalizar terras na Amazônia engatinha. Tarso Veloso  
– Valor Econômico. 01/06/2012**

*Pepe Vargas: "O Terra Legal até o momento teve um resultado que está aquém do desejado, isso é real"*

O programa Terra Legal, criado em 2009 com pompa pelo governo federal para resolver o problema de regularização fundiária na Amazônia, não conseguiu deslanchar e vem sofrendo inúmeras mudanças em sua estrutura nos últimos dois anos. Desde a sanção da Medida Provisória nº 458, conhecida como MP da Grilagem, em 25 de julho de 2009, quatro portarias foram publicadas até abril deste ano para tentar acelerar as entregas de títulos de imóveis.

O intuito do programa era regularizar imóveis rurais e urbanos de até 15 módulos fiscais ocupados por posseiros antes de 1º de dezembro de 2004 em terras públicas federais chamadas de "não destinadas", ou seja, que não são reservas indígenas, florestas públicas, unidades de conservação, áreas de fronteira, marinha ou reservadas à administração militar. Com isso, a expectativa era de queda no desmatamento e aumento de produtividade.

Apesar da boa intenção do governo em resolver os conflitos fundiários na região, o que se vê atualmente são apenas 2.334 certificados entregues desde 2009 em seis Estados. A demanda, contudo, pode chegar a 230 mil propriedades.

O programa tem como meta dar, até 2014, o título definitivo a posseiros de 49 milhões de hectares de terras públicas federais, uma área equivalente ao dobro do Estado de São Paulo. De toda essa área que deverá ser georreferenciada na Amazônia, somente 7,3 milhões de hectares estão concluídos e foram localizadas 37,5 mil ocupações aptas a serem regularizadas.

"O desafio é simplificar o processo. No começo tivemos dificuldades em virtude do pioneirismo da ação e das dificuldades da região. Esses problemas, aos poucos, estão sendo resolvidos", disse o titular da Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia (Serfal), Sérgio Roberto Lopes.

O ambicioso programa do governo federal, cuja pretensão é dar um fim ao caos fundiário na Amazônia, ainda não atingiu o ritmo desejado, mas começa a dar sinais de evolução, avalia o ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas. "É um programa que até o momento teve um resultado que está aquém do desejado. Isso é real", disse o ministro. A quantidade de certificados entregues passou de pouco mais de um por dia nos primeiros meses depois de sua criação para atuais 50 diários.

A análise das dificuldades, de acordo com o ministro, é ampla, mas está sendo corrigida. O primeiro problema encontrado pelo governo foi justamente no início da ação. Não havia uma carta cartográfica da região que fosse atualizada. A última era da década de 70. Depois de começar a resolver o problema, o governo iniciou o serviço de georreferenciamento no segundo semestre de 2010 e constatou seguidas falhas devido a problemas de logística no meio da selva. "Analisei o programa e vi que alguns pontos atrapalhavam as ações. Muita coisa já mudou e nos próximos meses vamos andar mais rápido", disse Vargas.

O governo já modificou as regras para tornar a entrega de títulos mais rápida. A última portaria publicada pelo governo, em 10 de abril, simplificou as regras para pequenas propriedades, principalmente para imóveis menores que um módulo fiscal, cerca de

60% do total. "Do total de 2 mil certificados entregues, cerca de 600 foram entregues em abril, o que mostra uma evolução recente do programa. Queremos manter esse ritmo ao longo dos próximos meses", afirmou o ministro.

Antes da portaria, uma extensa pesquisa era necessária até mesmo para essas propriedades. Esse problema é considerado passado pelo governo. A portaria define que, para imóveis com até um módulo fiscal, será exigida somente uma pesquisa que comprove que o pleiteante não possua outras propriedades. De um a quatro módulos aumentará o número de análises e acima disso serão usados todos os bancos de dados. Depois de receber o título da terra, o proprietário precisa se comprometer a reflorestar a área desmatada e se adequar a uma série de condições pré-estabelecidas para não perder a posse da área.

"Até pouco tempo nós registrávamos muitas dificuldades de processos. O programa foi criado com um clima ruim, na onda da MP nº 458, em que se dizia que seria legitimada a grilagem de terra. Com isso, as regras foram muito rígidas, o que atrapalhou a entrega de registros em um primeiro momento", diz. "Esse entroncamento já foi revisto."

O governo espera deixar para trás o fraco ritmo que acompanhou o programa durante seus dois primeiros anos. Em entrevista ao **Valor** há 11 meses, a então secretária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal, Shirley Nascimento, havia afirmado que até o fim de 2012 entre 80% e 90% da área total já estaria georreferenciada. Naquela época, 783 títulos haviam sido emitidos em 28 municípios

---

### **CONTAG reconhece avanços na resposta à pauta do GTB, mas reforma agrária novamente não entra na agenda do governo – Site da CONTAG. 04/06/2012**

Em audiência no final da tarde desta quarta-feira (30 de maio), o governo federal anunciou as respostas à pauta de reivindicações do 18º Grito da Terra Brasil, que reuniu 138 itens. Serão disponibilizados R\$ 18 bilhões para o Plano-Safra 2012-2013 da agricultura familiar. Já a política de reforma agrária, novamente não está entre as prioridades do Governo Dilma.

Os ministros do Desenvolvimento Agrário (MDA), Pepe Vargas, da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, e da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, receberam a diretoria da CONTAG e os presidentes e secretários das 27 Federações de Trabalhadores na Agricultura (FETAGs), e dirigentes da CUT e CTB, e deram início à audiência sem a presença da presidenta Dilma, que compareceu já no final do encontro.

O ministro Pepe anunciou medidas e números destinados às demandas de agrícola e agrária. Para obtenção de terras, foi criado um cronograma para a liberação de R\$ 706,5 milhões. Deste total, já foram liberados R\$ 244 milhões, sendo R\$ 200 milhões para Título da Dívida Agrária (TDA) e R\$ 44 milhões para benfeitorias. Sobre a habitação rural, haverá mudança no crédito de instalação para que essa política saia dessa linha e entre no Minha Casa Minha Vida, que tem subsídio bem superior. Para a assistência técnica, serão destinados R\$ 300 milhões para ATER e ATES a partir de descontingenciamento.

Pepe adianta à comissão da CONTAG alguns números do Plano-Safra da Agricultura Familiar, que ainda será lançado em junho. Foi anunciada a ampliação de R\$ 16 bilhões para R\$ 18 bilhões para custeio e investimento. O governo ampliou o teto para o crédito

de custeio de R\$ 50 mil para R\$ 80 mil. Já no Pronaf Semiárido, o limite passará de R\$ 12 mil para R\$ 18 mil.

O MDA pretende criar três grupos de trabalho (GTs) com a participação da CONTAG para definir uma metodologia no âmbito do Programa de Garantia de Preços Mínimos (PGPM); discutir a tributação que envolve a agricultura familiar; e aperfeiçoar o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). “Além dos R\$ 18 bilhões, fizemos outras quantificações para a agricultura familiar, como R\$ 411 milhões para o Garantia-Safra e R\$ 1,1 bilhão para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), por exemplo. Está estimado um montante de R\$ 22,2 bilhões para a agricultura familiar”, anuncia Pepe.

Mais respostas – O ministro Gilberto Carvalho informou os outros pontos já definidos pelo governo. Quanto às demandas encaminhadas ao Ministério do Trabalho e Emprego, foi assegurado que a CONTAG poderá acompanhar todos os processos de pedido de registro sindical e que serão tomadas algumas iniciativas para impedir a concessão do mesmo às entidades que não cumprirem os requisitos exigidos. Atendendo à pauta dos assalariados e assalariadas rurais, será assinada nesta quinta-feira (31 de maio) uma portaria interministerial que criará um GT para construir a Política Nacional dos Assalariados e Assalariadas Rurais.

Também será publicada outra portaria sobre a adesão do Brasil à campanha do Ano Internacional da Agricultura Familiar. Na política de saúde, foi anunciada a construção de mais de 1.000 Unidades de Pesquisa em Saúde (UPS) em cidades com mais de 40% de população rural. “Estamos vendo a possibilidade de contratar médicos estrangeiros para ajudar a suprir a demanda nacional”, revela Carvalho. Quanto à pauta da educação, o governo iniciará um diálogo com a CONTAG para colocar o Pronacampo em prática. No âmbito do meio ambiente, foi anunciada a ampliação do Bolsa-Verde para R\$ 44 milhões, o que atenderá a 50 mil famílias.

Avaliação – O presidente da CONTAG, Alberto Broch, disse que a expectativa dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais em receber respostas concretas à pauta do GTB é muito grande. No entanto, o dirigente assume que ainda é cedo para fazer uma avaliação das respostas apresentadas pelo governo. “Algumas medidas e números anunciados são importantes e significativos. Mas, as respostas para a política de reforma agrária estão muito tímidas. Afinal, temos milhares de famílias aguardando o seu pedaço de terra”, destaca Broch. O sindicalista completa que também faltou uma resposta sobre a regularização fundiária, o licenciamento ambiental, a atualização dos índices de produtividade rural e as dívidas dos beneficiários do PNCF. “Reconhecemos avanços importantes, mas não podemos dizer que tudo foi respondido. A nossa luta continua”, avalia o presidente da CONTAG.

Já no final da audiência, a presidenta Dilma chegou para anunciar que os R\$ 18 bilhões para o Plano-Safra poderão ser incrementados caso haja necessidade. Sobre desapropriações para a reforma agrária, ela informou que não serão autorizados projetos que ultrapassem R\$ 120 mil por família. “Nesse ano, a minha prioridade será a assistência técnica. Essa será a minha obsessão”, revela a presidenta.

---

**Paraty: Justiça decide sobre ocupação de terra. – O Globo. 05/06/2012**

*TJ julga se caiçaras que ocupam santuário há 60 anos têm o direito de permanecer na área*

---

No dia Mundial do Meio Ambiente uma batalha pelo uso de um santuário ecológico, em Paraty, na Costa Verde, deverá ter um desfecho no Tribunal de Justiça do Rio. Os desembargadores da 15 Câmara Cível do TJ decidem hoje se a Fazenda Martins de Sá, área verde com cerca de cinco quilômetros de litoral, permanecerá ocupada pela família caiçara de Manoel dos Remédios, o Seu Maneco, de 69 anos, ou se a comunidade tradicional terá que deixar o local.

---

A disputa pela Fazenda Martins de Sá se arrasta há 13 anos. O terreno fica numa área protegida por duas unidades de conservação: a Área de Proteção Ambiental (APA) de Cairuçu, e a Reserva Ecológica da Joatinga, gerida pelo Instituto Estadual do Ambiente (Inea).

Interessados em erguer um empreendimento imobiliário de frente para a praia, os autores da ação – espólio de Antônio Rocha Pacheco - pedem a imediata saída da comunidade tradicional, que ocupa a fazenda há pelo menos seis décadas.

Em primeira instância, em maio de 2010, a Justiça deu sentença favorável aos caiçaras. Cerca de 40 moradores de Paraty farão manifestação em frente à sede do TJ, no Centro, em defesa à permanência da família de Seu Maneco. A decisão está marcada para o início da tarde. Mas, ontem, o escritório de advocacia Zveiter, que defende a reintegração da posse, informou que pediu adiamento do julgamento para a semana que vem.

---

**Governo cria seis reservas indígenas.** André de Souza – O Globo. 05/06/2012

*Medida faz parte de pacote ambiental que será anunciado hoje, Dia Mundial do Meio Ambiente.*

A oito dias do começo da Rio+20, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a presidente Dilma Rousseff anuncia hoje, Dia Mundial do Meio Ambiente, um pacote ambiental com medidas que incluem a criação de reservas extrativistas, homologação de terras indígenas e um decreto que leva em conta a sustentabilidade dos fornecedores quando o governo for às compras.

O governo vai anunciar a criação de pelo menos duas reservas extrativistas e seis reservas indígenas. A medida rompe com um longo período sem a criação de unidades de conservação. Em abril, o GLOBO mostrou que o governo Dilma não criou até hoje um hectare de área protegida, embora, só no ano passado, o Ministério do Meio Ambiente tenha concluído estudos para que 12 novas unidades de conservação federais fossem criadas. Na Casa Civil, há nove propostas de área ambiental para criar ou ampliar unidades. Além disso, a homologação de terras indígenas também vem tendo dificuldades para sair do papel.

O governo também vai anunciar um decreto de sustentabilidade para as compras públicas. Isso significa que o governo levará em conta, na hora de escolher seus fornecedores, se os produtos são ecologicamente sustentáveis.

O governo também deve anunciar medidas como desoneração de tributos (PIS/Cofins e IPI) e linhas de créditos mais baratas dos bancos públicos para investimentos na produção de bens sustentáveis e incentivos para energias renováveis, como a solar, etanol e biodiesel. Essas medidas ainda estavam em estudo ontem à noite.

O governo vem evitando falar publicamente sobre o assunto, sem adiantar o conteúdo das medidas, deixando isso apenas para anúncio de hoje. Mas na semana passada, a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, durante reunião ordinária do Conselho

Nacional de Meio Ambiente (Conama), já anunciara que hoje seria instituído o Pacto pelas Águas. O pacto, que prevê ações dos governos federal, estaduais e municipais, prevê

investimentos de R\$ 20 milhões ao ano no financiamento da gestão nas principais bacias hidrográficas brasileiras. O pacto prevê ainda monitoramento e apoio dos órgãos federais.

#### *Ambientalistas criticam sigilo que cerca anúncio de medidas*

Os ambientalistas criticaram o clima de mistério em torno do anúncio das medidas. Disseram que a sociedade não foi ouvida e avaliam que as medidas, mesmo positivas, ficam aquém dos danos provocados ao meio ambiente sem o veto total do novo Código Florestal. Dilma vetou apenas as partes mais polêmicas do texto.

O governo está entrando nessa conferência pela porta dos fundos - disse Mário Mantovani, da SOS Mata Atlântica, sobre a à Rio+20.

Estão criando duas reservas extrativistas? Muito bom. Reservas indígenas? Também têm retorno para o meio ambiente. Mas essas duas medidas, depois de vetar parcialmente o Código Florestal, são nulas - destacou Roberto Lenox.

Também hoje, no mesmo horário da cerimônia em que será anunciado o pacote, algumas entidades ambientalistas estão planejando uma manifestação em Brasília, contra o que consideram ser falhas do governo federal na área ambiental.

---

#### **Justiça autoriza permanência de caiçaras em Paraty – O Globo. 13/06/2012**

*Disputa por fazenda se arrasta há 13 anos; família que pede reintegração de posse pode recorrer*

Os desembargadores da 15 Câmara Cível do Tribunal de Justiça autorizaram ontem, por três votos a zero, a permanência da família caiçara de Manoel dos Remédios, o Seu Maneco, de 69 anos, na Fazenda Martins de Sá, em Paraty. A fazenda se estende por cinco quilômetros de litoral, e os caiçaras a ocupam há seis gerações. A reintegração de posse da propriedade foi pedida por herdeiros de Antônio Rocha Pacheco, que querem erguer um empreendimento imobiliário na região. Como foi uma decisão de segunda instância, os autores da ação ainda podem recorrer.

A decisão judicial foi comemorada pelo advogado de Seu Maneco:

- Há leis que amparam a permanência dos caiçaras no local. Foi feita justiça.

A disputa ser arrasta há 13 anos. A fazenda fica numa área protegida por duas unidades de conservação: a APA de Cairuçu e a Reserva Ecológica da Juatinga. Em primeira instância, em maio de 2010, a Justiça deu sentença favorável aos caiçaras. Cerca de 40 moradores de Paraty fizeram uma manifestação em frente à sede do TJ, no Centro, defendendo a permanência da família de seu Maneco na região. Na semana passada, cem jovens de Paraty fizeram um ato também contra a retirada da família da

propriedade. Até uma página sobre o caso foi aberta no Facebook e vídeos foram colocados no YouTube.

---

**"Reforma Agrária é o caminho para preservar a Amazônia". Darío Pignotti – Agência Carta Maior. 14/06/2012**

*Durante mesa redonda organizada no Riocentro pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, presidente do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), Celso Lacerda, rebate teses do agronegócio e sustenta que a forma de salvar a Amazônia é através da Reforma Agrária e do estímulo estatal à agricultura familiar. “O nosso grande desafio é não tratar a reforma agrária como uma política estanque, mas sim inserida numa maior amplitude, e compreender sua importância e impacto na Amazônia”.*

Rio de Janeiro - A ofensiva do agronegócio em defesa do Código Florestal (ou “deflorestal”, talvez seja mais apropriado dizer) foi a mensagem de boas vindas com que o latifúndio, através de 600 emendas ao projeto da presidenta Dilma, recebeu a Rio+20. Foi um sinal. Ou, para dizer com todas as letras, uma ameaça. Dessa forma, o agronegócio avisou o mundo, que desde quarta-feira tem seus olhos postos no Brasil, especialmente em suas políticas públicas para a Amazônia, que “negócios são negócios” e que estão dispostos a continuar depredando a maior floresta do planeta.

O presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Celso Lacerda, rebate a tese dos fazendeiros verde-amarelos e argumenta que a forma de salvar a Amazônia é através da Reforma Agrária e do estímulo estatal à agricultura familiar.

“A agricultura em grande escala cada vez precisa de mais terra para plantar e, conseqüentemente, está usando cada vez mais insumos. Em função disso, é uma agricultura poluente. Esse é um modelo de agricultura que foi fundamental para a revolução verde, décadas atrás. No nosso caso, estamos numa política de reforma agrária que é contrária a esse modelo e à política de uma economia de escala que prioriza o uso de insumos e que leva à ampliação da superfície da terra que é explorada”, disse Carlos Lacerda, presidente do Incra, em conversa com a Carta Maior.

“Isso tudo leva à concentração, leva à poluição do meio ambiente. Nós estamos na contramão disso. Defendemos a agricultura familiar porque os pequenos agricultores familiares assentados na Reforma Agrária não agridem a Amazônia”, acrescenta.

Lacerda participou de uma mesa redonda organizada nesta quinta-feira (14) no Riocentro, paralela à Cúpula Rio+20, organizada pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM).

“O nosso grande desafio é não tratar a reforma agrária como uma política estanque, mas sim inserida numa maior amplitude, e compreender sua importância e impacto na Amazônia”, afirma Lacerda.

O presidente do Incra falou para um público composto, em bom número, por ambientalistas e jornalistas estrangeiros, interessados em conhecer a posição brasileira sobre o financiamento oferecido às comunidades que não agridem o ecossistema

amazônico. Indagado sobre se o financiamento estrangeiro pode ameaçar a autonomia do Estado brasileiro, ele respondeu:

“Acredito que não, porque o governo com o programa Bolsa Verde já é um modelo de remuneração pela manutenção (da floresta) para populações extremamente pobres. No campo esses pequenos agricultores familiares que ainda tem floresta em pé recebem financiamento do Estado brasileiro para mantê-la assim”.

Lacerda e os representantes do IPAM concordaram que os assentamentos devem ser ambientalmente sustentáveis e economicamente viáveis para os pequenos agricultores. Um representante do IPAM assinalou que, anos atrás, o Incra era “a ovelha negra do desmatamento” porque não tomava cuidado com o meio ambiente mas “felizmente essa postura mudou nos últimos anos, agora há um novo modelo de reforma agrária, um novo modelo de assentamentos, que parte da premissa de viver, produzir e conservar”. “Hoje a reforma agrária segue novos conceitos e isso permite trabalhar conjuntamente com o Incra. O importante é juntar a modernização da agricultura familiar, o aumento dos assentamentos e a defesa da Amazônia”.

A mesa redonda organizada pelo IPAM ocorreu na manhã desta quinta, enquanto em outro pavilhão do Riocentro diplomatas e funcionários da ONU continuavam suas infrutíferas negociações para chegar a um documento consensual a ser apresentado na próxima semana aos presidentes que encabeçarão a última parte da cúpula.

Até o momento, a informação oficial é que os governantes das duas maiores potências capitalistas ocidentais não participarão da cúpula: Barack Obama e Ângela Merkel, duas ausências de peso por sua importância política e diplomática, o que colocará o Norte em desvantagem em relação ao Sul, que contará com a maioria de seus governantes. O presidente russo Vladimir Putin também não deve participar do encontro no Rio de Janeiro.

Indagado sobre se acha que o documento final da Rio+20 pode ser um fracasso, Lacerda disse:

“Há avanços, mas todo mundo sabe que o documento final é uma coisa imprevisível. Não tenho como dizer o que vai acontecer. Creio que a situação de crise global influenciará a conclusão da Rio+20. Vai depender a vontade política dos chefes de Estado. É positivo que os países emergentes atuem de forma mais coordenada e constituam uma eventual frente unida na Cúpula”.

---

### **Incra apresenta resultados da reforma agrária sustentável na Rio+20 - Site do INCRA. 14/06/2012**

O presidente do Incra, Celso Lisboa de Lacerda, apresentou nesta quinta-feira (14), na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+21), os resultados do estudo sobre a condição socioeconômica e ambiental dos assentamentos da Amazônia Legal e estratégias do governo na criação e gestão de assentamentos. A palestra fez parte do *side event* intitulado “O futuro da Amazônia e um modelo de produção de baixo carbono”.

Organizado pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), o evento paralelo

teve como objetivo discutir estratégias para a consolidação de uma política de assentamentos sustentáveis na Amazônia. As medidas buscam ajudar a combater o desmatamento e a degradação florestal a partir de um modelo produtivo de baixa pressão sobre a floresta em pé e de maior potencial econômico.

Segundo Lacerda, a reforma agrária na Amazônia tomou um novo rumo a partir de 2003, convergindo para os ideais de sustentabilidade do Século XXI. “A postura do Inca hoje é uma postura mais completa, diferente da política da autarquia em seu início, que era de colonização”, disse ele. “Hoje nosso trabalho nos assentamentos na Amazônia alia preservação e atividades econômicas adaptadas para as condições climáticas, de solo e da vegetação, buscando um processo de inclusão social com sustentabilidade e preservação do ambiente”.

*Nova*

*base*

Antes baseada em uma lógica de baixa rentabilidade e de altas emissões de gases de efeito estufa, a base produtiva rural na Amazônia tem se transformado em uma economia de baixo impacto ambiental, capaz de manter os estoques de carbono florestal nos assentamentos. Segundo dados do Inca esta transição tem ocorrido graças ao reconhecimento de famílias tradicionais que vivem em unidades de conservação e também com a criação dos assentamentos ambientalmente diferenciados como os Projetos Agroextrativistas (PAE), os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e os Projetos Florestais (PAF).

“O Inca reconheceu de 2003 até o presente momento, 58 mil famílias em 98 unidades de conservação, como Reservas Extrativistas, Florestas Nacionais e Reservas de Desenvolvimento Sustentável, que compõem o Sistema Nacional de Unidade de Conservação, o SNUC”, afirmou Lacerda. Os dados também mostram que, atualmente, 120 mil famílias estão instaladas em assentamentos ambientalmente diferenciados. “A estas comunidades tradicionais foi dado o reconhecimento do direito territorial, além do acesso a políticas públicas como os créditos do Inca e a construção de habitação digna”, explicou o presidente do Inca.

---

### **Comissão libera terra para estrangeiros. Tarso Veloso – Valor Econômico. 14/06/2012**

Empresas brasileiras controladas por capital estrangeiro podem ser liberadas para adquirir grandes extensões de terras no Brasil, de acordo com relatório aprovado ontem pela Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados.

O texto substitutivo do deputado Marcos Montes (PSD-MG), que derrotou o relatório original de Beto Faro (PT-PA), excluiu as restrições atuais que limitam essas aquisições a um máximo em operações de compra e arrendamento. O parecer, apoiado pela bancada ruralista contra a vontade do governo e do Núcleo Agrário do PT, já havia sido aprovado na subcomissão especial do tema.

Os petistas apresentaram um voto em separado, lido pelo vice-líder do partido na Câmara, Valmir Assunção (BA), em que tentavam reduzir as "facilidades" de aquisição, por estrangeiros, de um percentual mínima de companhias nacionais para obter a condição de empresa brasileira. "Como iremos impedir que uma empresa estrangeira adquira 0,1% do capital de uma empresa nacional e possa sair comprando terras?", questionou Assunção. Ele criticou, ainda, a indefinição sobre o tempo máximo do

arrendamento das terras. "O texto diz que o prazo é indeterminado. Ou seja, pode ser de 300 anos", disse.

O texto aprovado define que todas as operações já realizadas ou em negociação serão automaticamente regularizadas. O governo e o PT queriam limitar o benefício aos negócios fechados entre 1999 e 2010, período em que o assunto estava regulamentado por dois pareceres contraditórios da Advocacia-Geral da União (AGU).

Hoje, as negociações de terras por estrangeiros e empresas brasileiras controladas por estrangeiros no país sofrem restrições. Um parecer da AGU em vigor restringe as aquisições de imóveis rurais por empresas que tenham 51% ou mais de seu capital votante nas mãos de não brasileiros. Essas aquisições são limitadas a 50 módulos fiscais para pessoas físicas (250 a 5 mil hectares) e a 100 módulos (500 a 10 mil hectares) para empresas estrangeiras, desde que aprovadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

O relatório aprovado ontem estabelece que empresas nacionais, mesmo com maioria de capital estrangeiro, serão consideradas brasileiras. Com isso, até empresas com 99,9% de capital estrangeiro poderão adquirir qualquer extensão de terra, desde que sigam as regras da legislação para empresas 100% nacionais. Mas organizações não governamentais, empresas e fundos soberanos estrangeiros ficam impedidas de adquirir terras no Brasil. "Uma estatal de outro país, convertida em nacional, poderá se apoderar de áreas gigantescas no Brasil. Alienaríamos, para o exterior, o poder decisório sobre o quê, quando e onde produzir", criticou Valmir Assunção.

A questão dos limites de terras que poderão ser adquiridas não foi incluída no texto final. Assim, não haverá um máximo para as compras por estrangeiros. No relatório derrotado de Beto Faro, havia um limite de 50 módulos (2,5 mil hectares) para estrangeiros, até mesmo para aquelas cujo capital era majoritariamente estrangeiro.

O relatório segue agora para análise das demais comissões da Câmara, que serão designadas pela Mesa Diretora.

---

### **Justiça suspende demarcação que amplia área indígena entre MT e PA – Folha de São Paulo, Poder. 16/06/2012**

O STJ (Superior Tribunal de Justiça) suspendeu a ampliação de uma reserva indígena caiabi que seria feita pelo Exército neste mês, na divisa entre Mato Grosso e Pará.

O início da demarcação estava marcado para o dia 22, depois de uma portaria do Ministério da Justiça determinar a ampliação da reserva. Com a expansão, a área ocupada pelos índios passaria de 117 mil hectares para mais de 1 milhão de hectares. Caso a liminar seja derrubada, o município de Apiacás (MT) pode ter 75% de sua área cedida aos índios. "A população está apreensiva, preocupada e revoltada", disse o prefeito Sebastião Trindade (DEM).

Segundo o prefeito, 50% do território já foi cedido para um parque indígena. Ao todo, 300 produtores rurais, entre pecuaristas e agricultores, podem perder terras. A Funai (Fundação Nacional do Índio) disse que recorrerá da decisão do STJ, divulgada no último dia 13. A área onde vivem os produtores foi cedida pela União ao Estado na década de 50 e logo foi comprada pelos produtores. O advogado João Agripino Maia, que representa os produtores, reclama que os proprietários não foram ouvidos. Um dos

argumentos dos produtores é que na área vivem somente 70 índios caiabi -já a Funai diz que o espaço deve ser aproveitado por cerca de 800 deles, incluindo outras etnias

---

### **Confronto com sem-terra deixa 16 mortos no Paraguai – Folha de São Paulo, Mundo. 16/06/2012**

*Conflito ocorre em região na fronteira com o Brasil onde vivem brasiguaios. Cem camponeses haviam invadido fazenda de empresário; ministro e chefe de polícia são demitidos.*

Confrontos durante a retirada de camponeses sem terra de uma fazenda pela polícia deixaram 16 mortos em Curuguaty, 250 km a noroeste de Assunção, no Paraguai.

Dentre os mortos estão sete policiais e nove camponeses. O conflito deixou ainda 80 feridos e provocou a queda do ministro do Interior, Carlos Filizzola, e do chefe da polícia, Paulino Rojas.

A polícia diz ter tomado controle da situação. O terreno, uma fazenda de propriedade do empresário e político paraguaio Blas Riquelme, está em uma região ocupada em grande parte pelos chamados "brasiguaios", agricultores que vivem na fronteira com o Brasil.

Pelas primeiras informações, no entanto, não há "brasiguaios" mortos.

Autoridades paraguaias negaram vínculos de guerrilheiros do Exército do Povo Paraguaio (EPP) no episódio.

O presidente Fernando Lugo se reuniria emergencialmente com o conselho de ministros em Assunção para analisar o conflito ontem. O Senado analisava em sessão extraordinária se declararia a zona em estado de exceção.

Lugo manifestou apoio às forças de segurança e ofereceu os pêsames às famílias dos policiais mortos. Em comunicado, ordenou que as Forças Armadas apoiassem a operação policial.

"Todas as áreas do governo estão trabalhando nas linhas de ação para devolver a calma e a tranquilidade a Curuguaty", disse Lugo.

O confronto ocorreu entre cerca de 150 camponeses e 300 policiais. Segundo o governo, os disparos foram iniciados pelos sem terra, que estariam armados com fuzis M-16, escopetas e revólveres.

"Houve disparos deles; a polícia teve de responder", disse Filizzola.

---

### **Terra para estrangeiros. Roberto Rodrigues - Folha de São Paulo, Mercado. 16/06/2012**

*Não é um tema fácil, porque alguns entendem que as terras do Brasil só devem pertencer aos brasileiros*

Em pleno funcionamento da Rio+20, em que a segurança alimentar terá destaque, o Congresso discute o complicado tema da compra de terras por estrangeiros. O assunto foi votado nesta semana na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, e de lá irá para outras comissões até chegar ao plenário.

Não é um tema fácil, porque está um pouco ideologizado, sob o conceito de alguns de que a terra do Brasil só deve pertencer a brasileiros. Como se um japonês comprasse terra aqui e ela fosse embora para o Japão, por exemplo.

A terra cultivada aqui vai gerar empregos aqui e consumir insumos produzidos aqui, vai exportar produtos que melhorarão o saldo comercial etc. É claro que, por outro lado, não se deve permitir a mera especulação imobiliária, que seria inaceitável -já existem leis e regras para impedir isso, inclusive a desapropriação das terras improdutivas para fins de reforma agrária.

Seja como for, esse problema tem de ser resolvido, e uma legislação específica é fundamental: não podemos deixar aí um vazio jurídico nem permitir que a xenofobia trave a agropecuária brasileira.

Enquanto isso, a FAO, após três anos de longos debates sobre o mesmo tema, estabeleceu, em abril passado, o que chamou de "Diretrizes Voluntárias sobre a Governança Responsável de Posse da Terra, Recursos Pesqueiros e Florestais em um Contexto de Segurança Alimentar Nacional". Nome longo para assunto polêmico.

Foram ouvidas quase 700 pessoas de 133 países, e foi difícil obter um documento de consenso, dados os interesses divergentes entre as diversas regiões do planeta.

As diretrizes são voluntárias, e cada país as aplicará se quiser e de acordo com suas próprias legislações, e estão assim alinhadas:

1 - Princípios gerais (o Estado deve proporcionar):

a) Reconhecer e proteger os direitos legítimos de propriedade, mesmo em sistemas informais, inclusive contra ameaças e violações;

b) Promover e facilitar o exercício dos direitos de posse legítima, proporcionando o acesso à Justiça para lidar com infrações a tais direitos, e restituindo terras a pessoas que foram expulsas à força no passado.

c) Prevenir conflitos violentos de posse e de corrupção.

2 - Princípios essenciais de implementação da governança responsável da posse da terra:

a) Dignidade humana: o reconhecimento da dignidade e da igualdade de direitos humanos inerentes e inalienáveis de todos os indivíduos;

b) Não discriminação: ninguém deve ser objeto de discriminação de nenhum tipo;

c) Equidade e justiça: reconhecer as diferenças entre os indivíduos e buscar seu equilíbrio;

- d) Igualdade de gêneros: os Estados devem assegurar que as mulheres tenham igualdade de direitos de posse e acesso à terra, independentemente de seu estado civil e conjugal;
- e) Abordagem sustentável: adotar uma abordagem integrada e sustentável na administração dos recursos naturais e seus usos;
- f) Consulta e participação: apoiar aqueles que, tendo direitos de posse legítima, poderiam ser afetados por decisões tomadas por terceiros interessados;
- g) Estado de direito: enfoque baseado em regras e leis amplamente divulgadas e aplicáveis a todos;
- h) Transparência: definição clara e ampla divulgação de políticas, leis e procedimentos aplicáveis, em formatos acessíveis a todos;
- i) Prestação de contas: assegurar que indivíduos, agências públicas e atores/intervenientes não estatais sejam responsáveis por suas ações e decisões;
- j) Melhoria contínua: os Estados devem melhorar os mecanismos para monitoramento e análise da governança de posse.

As orientações abrangem ampla gama de outras questões, como as desapropriações e a restituição de terras a pessoas que foram expulsas à força no passado, e os direitos das comunidades indígenas.

Todos esses temas tratados pela FAO deverão ser considerados pelo nosso Congresso, observadas, evidentemente, as condições específicas de nossa brasilidade e os interesses nacionais verdadeiros.

---

### **Briga por terra faz 17 mortos no Paraguai. O Globo, Capa. 16/06/2012**

O choque entre policiais e agricultores numa ação de desocupação de terras deixou 17 mortos no Paraguai - entre eles sete policiais - perto da fronteira com Mato Grosso do Sul. O governo alegou que houve uma emboscada e enviou o Exército.

---

### **Após 17 mortes, Paraguai envia Exército para conter conflito por terra. Thiago Herdy – O Globo. 16/06/2012**

*Polícia entrou em choque com agricultores em desocupação perto do Brasil*

O presidente do Paraguai, Fernando Lugo, decidiu enviar o Exército para tentar controlar a violenta disputa por uma propriedade que deixou ontem 17 mortos numa área próxima à fronteira com o Brasil. O incidente já é considerado o maior envolvendo o conflito por terras nas últimas décadas no país.

Das vítimas, pelo menos sete eram policiais. Eles entraram em confronto com agricultores durante a desocupação de uma propriedade no Noroeste do país. Até a noite de ontem, não havia informações sobre o envolvimento de brasiguaios.

A propriedade, de uma área equivalente a dois mil campos de futebol, pertence ao empresário Blas Riquelme, ex-senador do opositor Partido Colorado. Ativistas dizem que ele comprou as terras do Estado durante a ditadura de Alfredo Stroessner (1954-1989) e que, por isso, deveria dispô-las para a reforma agrária. Há cerca de um mês, o empresário denunciou a invasão das terras por aproximadamente cem famílias, e a polícia local montou uma operação para desocupação, com uso de helicópteros e pelo menos 150 homens. Ao tentar desalojar os invasores, os agentes encontraram resistência.

- Agiu-se com base numa ordem judicial para a desocupação. Houve disparos da parte deles (agricultores), e a polícia teve que responder - justificou o ministro do Interior, Carlos Filizzola, que disse não haver indícios de envolvimento do grupo de extrema-esquerda Exército do Povo Paraguai (EPP) no conflito.

A colônia montada pelos agricultores recebeu o nome de Ybyrá Pyta e fica no departamento de Canindeyú, a mais de 300 quilômetros de Assunção, perto da fronteira com o Mato Grosso do Sul. Na área, existem campos de soja e criação de gado.

Um líder camponês disse que as vítimas eram parte de um grupo de agricultores comuns que resolveu resistir à ordem de desocupação. O governo, no entanto, alega que os atiradores tinham treinamento militar e que, munidos com armas e bombas caseiras, prepararam emboscadas para as forças de segurança.

A reforma agrária era uma das prioridades do governo Lugo, mas ele vem tendo dificuldades para conciliar os interesses das organizações camponesas e dos proprietários de terra. Segundo relatório da ONG Oxfam, a desigualdade de distribuição de terras e renda no Paraguai ainda é uma das maiores do mundo.

---

### **Disputas por terras no Brasil vitimizam indígenas. Simon Romero e Lis Horta Moriconi – Folha de São Paulo, The New York Times. 18/06/2012**

Em um acampamento cercado por plantações de soja, perto da fronteira do Brasil com o Paraguai, os atiradores chegaram em caminhonetes durante a madrugada.

Testemunhas disseram que os homens atiraram em Nísio Gomes, 59, líder da população indígena guarani. Carregaram seu cadáver em um dos veículos e foram embora. "Queremos os ossos do meu pai", disse Valmir Gomes, 33, um dos filhos de Nísio, que presenciou o assassinato em novembro passado. "Ele não é um animal para ser arrastado daquele jeito."

Na disputa pelas terras ancestrais, os assassinatos e desaparecimentos de líderes indígenas continuam aumentando, o que deixa uma mancha sobre a ascensão econômica do Brasil. A expansão de enormes criações de gado e fazendas em regiões remotas produziu uma disputa pela terra que deixa os descendentes dos habitantes originais do Brasil desesperados para recuperá-las. Em alguns casos, eles invadem propriedades contestadas.

Enquanto isso, os proprietários de terras -muitos dos quais vivem em terras colonizadas há décadas por seus familiares nos chamados programas de colonização do governo- defendem igualmente suas reivindicações.

Os conflitos muitas vezes resultam em choques violentos, que podem terminar tragicamente para os índios: 51 foram mortos no Brasil em 2011. Vinte e quatro dessas mortes se relacionavam a disputas por terras, segundo o Conselho Indigenista Missionário, da Igreja Católica.

As mortes chamaram a atenção para um problema que ainda aflige o Brasil, que recebe a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, no Rio de Janeiro. Vinte anos atrás, antes da primeira Cúpula da Terra no Rio, as autoridades reagiram às críticas internacionais sobre a morte de indígenas ianomâmis por garimpeiros criando uma reserva de 96 mil quilômetros quadrados na Amazônia.

A presidente Dilma Rousseff se antecipou este mês com a demarcação de sete áreas indígenas muito menores. Mas Cleber César Buzatto, o secretário-executivo do Conselho Indigenista Missionário, diz que a medida foi decepcionante porque as áreas, de modo geral, não eram foco de disputas por terra.

Em alguns casos, os tribunais abriram caminho para que alguns povos indígenas -que representam menos de 1% da população brasileira, de 191 milhões de habitantes- recuperassem suas terras. Em Roraima, em 2009, a Suprema Corte do Brasil expulsou plantadores de arroz das terras de 20 mil indígenas. Neste ano, o Supremo Tribunal Federal anulou os títulos privados de 200 propriedades no Estado da Bahia, decidindo que a terra pertencia à população pataxó há há há. A decisão se seguiu a choques que deixaram pelo menos dois mortos.

A tensão também aumenta na discussão sobre uma proposta de lei que abriria áreas indígenas à mineração. Essa situação mostra como a demanda por recursos naturais no Brasil pode exacerbar as disputas por terra.

Ataques contra povos indígenas persistem no Mato Grosso do Sul, onde empresas multinacionais como a Louis Dreyfus, gigante francesa de matérias-primas, têm investimentos.

O surto de riqueza na região contrasta com o desespero dos povos indígenas do Estado - cerca de 75 mil pessoas de uma população de 2,4 milhões. Sua marginalização tem raízes em políticas implementadas nos anos 1930, quando os governantes brasileiros encurralaram os guaranis em pequenas reservas com a intenção de abrir vastas áreas para os colonizadores que vinham de todo o país.

Os resultados para os indígenas foram desastrosos. À sombra da prosperidade do Mato Grosso do Sul, líderes indígenas chamam a atenção para as mortes de dezenas de crianças guaranis por causa da desnutrição e de uma epidemia de suicídios na última década, notadamente em Dourados, uma área urbana onde milhares de guaranis vivem amontoados em pequenos terrenos.

Enquanto a investigação sobre a morte de Gomes se arrasta, os guaranis vivem com medo. As famílias dormem em tendas no acampamento. Adolescentes patrulham com

arcos e flechas. Quando os visitantes recebem permissão para entrar, as crianças seguram placas dizendo: "Queremos os ossos de nosso líder, Nísio Gomes".

Alguns proprietários de terras afirmam que o complexo sistema jurídico brasileiro dificulta a resolução das disputas.

"Os direitos de todos têm de ser garantidos", disse Roseli Maria Ruiz, cuja família possui uma fazenda que foi parcialmente ocupada há mais de uma década por guaranis e onde ocorrem choques com os indígenas. "Não podemos, como não nativos, ser tratados como cidadãos de segunda classe", disse. "Também devemos ter o direito de nos defender."

---

### **MST realiza nova invasão a fazenda do grupo Opportunity – Folha de São Paulo, Poder. 23/06/2012**

Um dia após um conflito deixar 12 sem-terra feridos no Pará, integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) realizaram ontem uma nova invasão à fazenda que foi cenário do confronto.

Os manifestantes invadiram uma casa que servia de moradia para funcionários da Agropecuária Santa Bárbara, empresa do grupo Opportunity que é dona da fazenda.

Na semana que vem haverá uma reunião em Brasília para negociar a saída dos sem terra. Em troca, a empresa cederia terrenos para reforma agrária.

---

### **Terra de brasiguaios é invadida – O Globo. 26/06/2012**

#### *Perspectiva de nova política fundiária incentiva ações de sem-terra*

No primeiro dia do governo Federico Franco - e diante do temor dos brasiguaios em relação à política fundiária no país - cerca de 90 famílias de sem-terra do Paraguai invadiram ontem uma fazenda conhecida como Ex La Reina, no distrito de Capiibary. A propriedade de 1,9 mil hectares pertence aos brasileiros Clovis Vieira e Omar Troiler. A ação reforçou a insegurança entre os empresários brasileiros, de pequenos a grande produtores e exportadores.

- Se esse novo governo não tomar uma atitude enérgica contra as invasões, eles (sem terra) vão se sentir à vontade para fazer o que sempre fizeram: ocupar indiscriminadamente, sem noção do que está sendo produzido em cada propriedade - disse o agropecuarista Carlos Pereira Alonso, cuja família vive na cidade paraguaia de Santa Rita há mais de 20 anos.

Os sem-terra que ocuparam a fazenda acusam os proprietários brasileiros de uso indiscriminado de agrotóxicos no terreno, o que estaria ameaçando a saúde dos moradores da região. Em entrevista ao "Última Hora", o líder camponês Milcíades Quintana afirmou que os trabalhadores rurais tentam comprar a fazenda há nove anos, mas o processo estaria paralisado. O líder sem-terra também depositou esperanças no novo governo para solucionar o problema no campo.

- Quem sabe este novo governo presta atenção à grave situação pela qual passamos e de uma vez por todas leve adiante uma reforma agrária séria - disse Quintana.

#### *Polícia é mantida de prontidão na entrada de fazenda*

O advogado dos proprietários brasileiros, Rubén Sosa, disse que a ocupação impede seus cliente de trabalhar e que espera a prisão dos invasores. Embora nenhum sem terra tenha sido detido durante a ocupação, o advogado garante que muitos deles têm ordem de captura por invasão de propriedades. Por conta do processo para aquisição da fazenda, a Justiça concedeu liminar para evitar a expropriação da área. Os sem-terra querem transformar a área em assentamento, evitando que seja usada para o plantio de soja. A polícia permaneceu durante todo o dia na entrada da fazenda, mas não registrou nenhum incidente até a noite.

- Estamos lutando por algo justo, principalmente para nos defender dos abusos dos estrangeiros – reforçou Quintana.

O advogado dos brasileiros pretendia entrar com uma ação para que os sem-terra fossem obrigados a deixar o local.

- Se for preciso o uso da polícia, que assim seja - disse Sosa.

---

#### **Conflitos agrários investigados no Tocantins – Site do INCRA. 28/06/2012**

Violência contra trabalhadores rurais e grilagem de terras públicas no norte do Tocantins foram os temas abordados em audiência pública, realizada dia 26 de junho, no município de Barra do Ouro.

Promovida pelo Ministério Público Federal, a audiência contou com a presença de Incra, Ouvidoria Agrária Regional, Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário, Programa Terra Legal, Defensoria Pública do Tocantins, Comissão Pastoral da Terra, Polícia Civil Agrária, Polícia Federal e Polícia Militar Agrária.

Agricultores familiares de Barra do Ouro relataram atentados e expulsões de posseiros por pistoleiros na gleba Tauá. Eles denunciaram também a concentração irregular de terras públicas por um fazendeiro, a degradação ambiental da área e a atuação de agentes policiais nas intimidações. Os trabalhadores rurais pediram aos representantes do Programa Terra Legal o combate à grilagem das terras da União e a regularização de suas posses.

Durante o evento, os posseiros foram informados sobre os inquéritos instaurados pelo Ministério Público Federal, polícias Civil e Federal para investigar as denúncias. Os pistoleiros, que ameaçaram de morte as famílias e queimaram barracos e plantações na gleba, já foram identificados e serão denunciados. Já tramita também investigação para apurar possíveis abusos cometidos por agentes públicos. Os agricultores foram orientados de que não há ordem judicial para expulsão do local e que os atos de intimidação ou violência devem ser comunicados às autoridades.

Foi determinado o cadastramento das pessoas que ocupam a Gleba Tauá, até setembro, com o objetivo de definir quem poderá ser regularizado pelo Terra Legal ou assentado pelo Incra. O Instituto já solicitou ao Programa a destinação de áreas na gleba para criação de assentamento.

### *Titulações irregulares*

A titulação irregular de terras públicas federais no município de Goiatins também foi debatida na audiência. Nas glebas Serrinha e Barriguda, o Instituto de Terras do Tocantins (Itertins) expediu diversos títulos em áreas da União, em dezembro de 2010.

Os detentores dos títulos irregulares têm expulsado, com ações judiciais ou com pistoleiros, os agricultores familiares que ocupam há anos as terras da União. Na gleba Serrinha, o Itertins expediu título em área, onde o Incra aguardava a liberação de licença ambiental para criar um assentamento. A autarquia federal depende do cancelamento dos registros irregulares para assentar as famílias acampadas na região.

O Programa Terra Legal já solicitou ao Itertins o cancelamento dos documentos irregulares a fim de promover a regularização fundiária das duas glebas e a destinação de áreas para implantação de assentamentos

---

**"A Reforma Agrária está completamente parada", afirma dirigente do MST.** José Coutinho Júnior. Site do MST. 29/06/2012

O ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Pepe Vargas, em entrevista ao site Carta Maior, declarou que cairá nos próximos anos o número de famílias assentadas.

O ministro também alega que o número de famílias acampadas diminuiu. Para Alexandre Conceição, da Coordenação Nacional do MST, as declarações escondem a realidade do campo brasileiro.

Confira a entrevista concedida à Página do MST:

**Como você avalia a declaração do ministro Pepe de que vai cair o número de famílias assentadas nos próximos anos?**

É uma declaração lamentável. Os conflitos agrários e a violência no campo por conta da disputa pela terra vem aumentando. É só ver o caso emblemático das fazendas do Daniel Dantas, no Pará, que vem sendo negociado com MDA e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) há mais de três anos. Foi acordado que das seis fazendas que estávamos ocupando, três seriam destinadas à Reforma Agrária. Até hoje, nem vitória nas áreas o Incra fez. Então, é equivocada a declaração do ministro dizer que a Reforma Agrária vai diminuir porque o número de famílias acampadas diminuiu. Pelo contrário, a pressão continua, há um número grande de famílias acampadas, em torno de 180 mil famílias, e o conflito aumenta. O que acontece no Pará é resultado disso. Outro elemento é a seca no Nordeste e no Sul. As famílias perderam suas produções, infraestrutura, animais. E as políticas apresentadas pelo MDA e Incra até agora são insuficientes para resolver o problema da seca.

## **Como está o andamento da Reforma Agrária neste ano?**

A Reforma Agrária está completamente parada. Estamos alertando que, se continuar assim, os resultados deste ano serão piores que os de 2011. E a tendência é que as lutas e mobilizações, que ganham força novamente, façam uma pressão maior a cada mês que passa. A região Sul começou a se mobilizar outra vez, assim como o Nordeste. Vamos fazer jornadas de luta novamente, pois a Reforma Agrária segue ignorada.

Foi apresentada na jornada de abril ao Incra e ao MDA a proposta do governo criar um grupo de trabalho para descentralizar a desapropriação de terra e assentar as famílias em situações mais precária. O governo prometeu formar o grupo e dar as respostas em 30 dias. Até hoje, o grupo sequer foi formalizado. Há uma perspectiva de que isso se formalize na semana que vem, mas não há certeza. Estamos chegando no meio do ano e não há respostas, porque não há um programa de Reforma Agrária estabelecido e o governo não consegue formular esse programa.

## **Segundo o ministro Pepe Vargas, 22.600 famílias foram assentadas em 2011...**

O número de 2011 foi o mais vergonhoso da história do Brasil nos últimos 16 anos. Foi o pior índice desse período, uma vergonha para o governo Dilma, para o MDA e para o Incra. Os assentamentos do ano passado não atendem às famílias que estão acampadas. O ministro se equivoca ao dizer que o número de famílias acampadas diminuiu. Basta ver os números do Incra. As declarações do ministro mostram que tanto o MDA quanto o Incra não tem um planejamento de desapropriação de terras e de Reforma Agrária. Não tem planejamento, nem infraestrutura ou recursos para realizar essa tarefa.

## **Por que a Reforma Agrária está parada?**

Há um avanço muito grande das empresas transnacionais na agricultura brasileira. O orçamento dessas empresas é dez vezes maior do que o do MDA, Incra e Ministério da Agricultura. Então, essas empresas mandam no campo brasileiro. O governo é frouxo para fazer a Reforma Agrária e colocar um limite à compra de terras por estrangeiros no país. Há um teto de R\$ 100 mil que pode ser investido no assentamento de cada família na desapropriação de terras. É impossível, com a inflação dos terrenos causada pelas transnacionais e pela compra de terras por estrangeiros, a compra de terra boa - de qualidade, para desenvolver a agricultura agroecológica, com produção de alimentos sem veneno - por esse valor por família. Para desapropriar terras, o orçamento do governo deste ano é R\$560 milhões, que é insuficiente para assentar as 186 mil famílias acampadas.

## **O discurso do governo em relação à Reforma Agrária é que não é preciso mais assentar, mas garantir investimentos nos assentamentos existentes. Como você vê esse discurso?**

Esse discurso é cansativo, porque aparece em todo debate com o governo para discutir a questão agrária. Queremos investimentos também. Agora, onde isso está acontecendo? Cadê o orçamento para construir casas, as agrovilas rurais, postos de saúde e escolas? Nos últimos dez anos, foram fechadas mais de 37 mil escolas no campo nas áreas rurais. Apesar do discurso, na prática nada acontece. Nem a criação de assentamentos nem os investimentos nas áreas da Reforma Agrária.

## **Quanto de recursos públicos é destinado aos agricultores familiares e aos latifundiários?**

No ano passado, R\$14 bilhões foram para a agricultura familiar e R\$150 bilhões para o agronegócio. Nesta semana, o governo vai lançar o Plano Safra 2012/2013. O montante vai girar em torno de R\$180 bilhões para o agronegócio. Em contrapartida, o governo vai destinar R\$18 bilhões para a agricultura familiar. Dez vezes menos investimentos para a agricultura familiar, que produz 70% dos alimentos, gera em cada hectare nove empregos. Além disso, o agronegócio está completamente endividado, mas protela as dívidas com o governo brasileiro, ao passo que as dívidas dos agricultores familiares nos bancos demoraram para ser renegociadas.

## **O Plano Nacional de Agroecologia deveria ter sido anunciado na Rio+20, mas até agora não saiu. Qual a importância desse plano?**

O que foi apresentado até agora não resolverá o problema da agricultura familiar. A proposta não tem capacidade de garantir que a agroecologia se torne uma política agrícola que combata todos os efeitos negativos do agronegócio. Da forma que foi apresentado até agora, o plano não vai causar grandes mudanças no campo. Precisamos de planos mais estruturantes. O governo chamou os movimentos para discutir o plano, fez um pré-lançamento no Planalto e ficou de apresentar na Rio+20 para limpar a sua barra por causa do fiasco com as mudanças no Código Florestal. O plano é muito tímido para o enfrentamento do modelo de agricultura brasileira, que hoje consome 20% de todo veneno do mundo. O plano é insuficiente para uma agricultura que, segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) tem produzido câncer por meio do trabalho agrícola e por causa do consumo de alimentos envenenados. Por outro lado, a liberação dos transgênicos avança cada vez mais.

## **O governo tenta fazer com que o modelo agroecológico e o agronegócio coexistam. A existência desses dois modelos agrícolas juntos é possível?**

É impossível. O agronegócio usa transgênicos e agrotóxicos, concentra a terra e expulsa os pequenos agricultores para produzir para exportação. É impossível, do ponto de vista prático, a convivência dos dois modos de produção. Do ponto de vista político e econômico, não dá para ter uma política com poucos investimentos para a agroecologia e grandes repasses ao tubarão do agronegócio.

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,  
Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor,  
Jorge Romano, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,  
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf

**Assistentes de Pesquisa**

Catia Grisa, Karina Kato, Luiza Mariano de Lima Araujo,  
Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

**Secretária**  
Diva de Faria

**op**  
**pa** **Observatório de Políticas**  
**Públicas para a Agricultura**

**cpda** **Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais**  
**em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**  
**UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa